



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO PARANAÍBA/MG

Rua Capitão Franklin de Castro, nº 1.065 - Novo Rio

Caixa Postal 01 - 38.810-000

CNPJ: 18.602.045/0001-00

E-mail: [juridico@rioparanaiba.mg.gov.br](mailto:juridico@rioparanaiba.mg.gov.br)

### LEI Nº. 1.711, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2021.

ESTABELECE PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA, ESTIMANDO A RECEITA E FIXANDO A DESPESA DO MUNICÍPIO DE RIO PARANAÍBA PARA O EXERCÍCIO DE 2022.

O Povo do Município de Rio Paranaíba, Estado de Minas Gerais, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

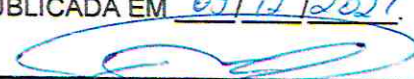
**Art. 1º.** Fica aprovado o Orçamento do Município de Rio Paranaíba para o exercício de 2022, que estima a receita em R\$ 93.622.000,00 (noventa e três milhões e seiscentos e vinte e dois mil reais) e fixa a despesa em igual valor.

**Art. 2º.** A estimativa da receita está fundamentada na previsão de arrecadação dos tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, obedecendo ao seguinte desdobramento:

#### ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL:

<b>1.0 - RECEITAS CORRENTES</b>	<b>90.177.900,00</b>
1.1 - Impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias	9.177.652,00
1.2 - Receita de Contribuições	8.880.000,00
1.3 - Receita Patrimonial	2.676.900,00
1.4 - Receita Agropecuária	
1.5 - Receita Industrial	
1.6 - Receita de Serviços	795.180,00
1.7 - Transferências Correntes	68.477.168,00
1.9 - Outras Receitas Correntes	171.000,00
<b>2.0 - RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>13.158.300,00</b>
2.1 - Operações de Crédito	7.600.000,00
2.2 - Alienação de Bens	218.000,00
2.4 - Transferências de Capital	5.339.300,00
2.5 - Outras Receitas de Capital	1.000,00

LEI PUBLICADA EM 09/12/2021

  
PAULO DE TARCIO SILVA  
Secretário Municipal de Administração



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO PARANAÍBA/MG

Rua Capitão Franklin de Castro, nº 1.065 - Novo Rio

Caixa Postal 01 - 38.810-000

CNPJ: 18.602.045/0001-00

E-mail: [juridico@rioparanaiba.mg.gov.br](mailto:juridico@rioparanaiba.mg.gov.br)

<b>CONTA REDUTORA DO FUNDEB</b>	<b>-9.714.200,00</b>
<b>SOMA RECEITA EXECUTIVO MUNICIPAL</b>	<b>93.622.000,00</b>

Art. 3º. As despesas serão realizadas de acordo com a programação estabelecida nos quadros anexos, distribuídas por órgãos da Administração, e conforme o seguinte desdobramento:

### a) - DESPESA POR FUNÇÕES:

Legislativa	2.739.000,00
Judiciária	0,00
Administração	11.205.744,60
Segurança Pública	0,00
Assistência Social	2.410.800,00
Previdência Social	9.110.000,00
Saúde	23.452.628,08
Trabalho	0,00
Educação	18.308.680,68
Cultura	795.604,56
Urbanismo	8.589.100,00
Habitação	530.000,00
Saneamento	4.211.907,06
Gestão Ambiental	456.600,00
Agricultura	1.306.500,00
Indústria	3.000,00
Comércio e Serviços	366.335,02
Comunicações	95.000,00
Energia	810.000,00
Transporte	3.280.200,00
Desporto e Lazer	1.261.500,00
Encargos Especiais	4.089.400,00
Reserva de Contingência	600.000,00
<b>SOMA</b>	<b>93.622.000,00</b>

### b) - DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA:

LEI PUBLICADA EM 09/12/2011.

  
PAULO DE TÁRCIO SILVA

Secretário Municipal de Administração





## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO PARANAÍBA/MG

Rua Capitão Franklin de Castro, nº 1.065 - Novo Rio

Caixa Postal 01 - 38.810-000

CNPJ: 18.602.045/0001-00

E-mail: [juridico@rioparanaiba.mg.gov.br](mailto:juridico@rioparanaiba.mg.gov.br)

<b>3.0 - DESPESAS CORRENTES</b>	<b>66.775.238,64</b>
3.1 – Pessoal e Encargos Sociais	40.451.151,70
667	633.300,00
3.3 – Outras Despesas Correntes	25.690.786,94
<b>4.0 - DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>26.246.761,36</b>
4.1 – Investimentos	22.764.561,36
4.2 - Inversões Financeiras	0,00
4.3 – Amortização da Dívida	3.482.200,00
Reserva de Contingência	600.000,00
<b>SOMA</b>	<b>93.622.000,00</b>

**Art. 4º.** A aplicação dos recursos discriminados no artigo 3º, far-se-á de acordo com a programação estabelecida para as unidades orçamentárias, aprovadas nos anexos componentes da presente Lei.

**Art. 5º.** Durante a execução orçamentária, fica o Executivo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 30% (trinta por cento) das despesas fixadas nesta Lei, para reforçar dotações que se tornarem insuficientes, mediante decreto do Executivo, podendo para tanto:

- anular parcial ou totalmente dotações orçamentárias, conforme disposto no inciso III, §1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64;
- utilizar o excesso de arrecadação na forma do §3º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64;
- utilizar o superávit financeiro apurado em balanço do exercício anterior, na forma do §2º do artigo 43, da Lei Federal 4.320/64;

§ 1º. As fontes de recursos aprovadas na lei orçamentária e em seus créditos adicionais poderão ser modificadas, justificadamente, para atender às necessidades de execução, se devidamente publicadas por meio de ato do Poder Executivo.

§ 2º. Não oneram o limite expresso no *caput* deste artigo, até o limite de mesmo percentual do *caput* deste artigo, os créditos adicionais destinados a suprir insuficiências das dotações inerentes às seguintes despesas:

LEI PUBLICADA EM 09/12/2011

  
PAULO DE FARGIO SILVA  
Secretário Municipal de Administração





## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO PARANAÍBA/MG

Rua Capitão Franklin de Castro, nº 1.065 - Novo Rio

Caixa Postal 01 - 38.810-000

CNPJ: 18.602.045/0001-00

E-mail: [juridico@rioparanaiba.mg.gov.br](mailto:juridico@rioparanaiba.mg.gov.br)

I - com pagamento da dívida pública, de precatórios e de sentenças judiciais, bem como os créditos à conta da dotação Reserva de Contingência e aqueles destinados à contrapartida a convênios, acordos e ajustes;

II - com pessoal e encargos;

III - que exigem adequações de fontes e destinação de recursos para fins de atendimento às alterações na legislação, inclusive os saldos financeiros remanescentes do exercício anterior, redefinindo o grupo da fonte e destinação de recursos ou inclusão, transferência ou movimentação de fontes e destinação de recursos;

IV - a serem pagas com recursos vinculados, quando utilizarem como fonte e destinação de recursos o saldo financeiro desses recursos;

V - que exigem alterações da modalidade da despesa e do identificador de procedência e uso.

§ 3º. Fica o Poder Executivo autorizado a realizar movimentação de Fontes e Destinação de Recursos nas dotações atribuídas às diversas unidades orçamentárias.

§ 4º. Não será aprovado projeto de lei que implique no aumento das despesas orçamentárias, sem a indicação das fontes e destinação de recursos.

§ 5º. Fica o Poder Executivo autorizado a promover durante a execução orçamentária de 2022, a movimentação das fontes de recursos constantes desta Lei, previstas na arrecadação de receitas e fixação das despesas, da seguinte forma:

I - Inclusão de novas Fontes e Destinação de Recursos não previstas na estimativa da receita para 2022;

II - Transferência ou alteração entre Fontes e Destinação de Recursos não previstas na estimativa da receita para 2022;

III - Inclusão de novas Fontes e Destinação de Recursos não previstas na fixação das despesas para o exercício de 2022;

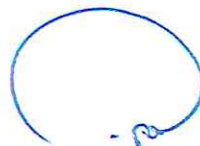
IV - Transferência ou alteração entre Fontes e Destinação de Recursos não previstas na fixação das despesas para o exercício de 2022.

§ 6º. As Fontes e Destinação de Recursos utilizadas na inclusão, transferência ou alteração deverão obedecer a codificação definida pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

**Art. 6º.** Fica o poder Executivo autorizado, de acordo com o disposto no artigo 165, § 8º. da Constituição da República a:

LEI PUBLICADA EM 09/12/2021.

  
PAULO DE TÁRCIO SILVA  
Secretário Municipal de Administração





## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO PARANAÍBA/MG

Rua Capitão Franklin de Castro, nº 1.065 - Novo Rio

Caixa Postal 01 - 38.810-000

CNPJ: 18.602.045/0001-00

E-mail: [juridico@rioparanaiba.mg.gov.br](mailto:juridico@rioparanaiba.mg.gov.br)

I - realizar operações de crédito por antecipação de receita até o valor das despesas de capital;

II - realizar operações de crédito até o valor das despesas de capital.

**Art. 7º.** A entrega de recursos financeiros à Câmara Municipal, para atender ao disposto no inciso III do §2º do Artigo 29A da Constituição Federal, será realizada na proporção de 1/12 (um doze avos) do total das despesas destinadas à Câmara, até o dia 20 de cada mês.

**Art. 8º.** Esta lei entrará em vigor no exercício de 2022, a partir de 1º de janeiro.

Prefeitura Municipal de Rio Paranaíba, 09 de dezembro de 2021.

**VALDEMIR DIÓGENES DA SILVA**  
PREFEITO MUNICIPAL

LEI PUBLICADA EM 09/12/2021.

PAULO DE TÁRCIO SILVA

Secretário Municipal de Administração